



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi
Pioneira RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
Nova Petrópolis / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Fundo Social, com destinação de recursos para a saúde em 2020 em função da pandemia; desenvolvimento dos programas A União Faz a Vida e cooperativas escolares com escolas da região; webinars, workshops online e game de educação financeira; ações específicas para o público agro (bolsas de estudo, parceria com Emater, parceria com o Cetanp, programa de sucessão rural familiar); consultoria online para empresas associadas; apoio a projetos sociais da região com vínculo à educação (Mão Amiga, Projeto Vôlei Nova Petrópolis e Esporte Clube Gramadense).

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: inaugurações de uma nova agência (Sanvitto, em Caxias do Sul), reinaugurações de agências (Unisinos, Scharlau e São Leopoldo - São Leopoldo, Santa Maria do Herval, Presidente Lucena e Dois Irmãos). Instalação de ATM Saque e Pague na agência de Dois Irmãos, piloto de tesoureiro eletrônico na agência Ivoti, migração do caixa para a retaguarda nas agências Santa Maria do Herval, Morro Reuter, Vila Cristina - Caxias do Sul, Picada Café, Pinhal Alto - Nova Petrópolis, Linha Nova, Presidente Lucena, São José do Hortêncio, Portão, Unisinos e São Leopoldo. Construção do ciclo estratégico 21-23, criação do comitê para os 120 anos, migração de metas individuais para objetivos coletivos, abertura da primeira conta totalmente digital, atingimento do NPS 75% (zona de excelência), assumido posicionamento de que somos entidade.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos os recursos do Fundo Social destinados para a saúde; doação para ampliação da capacidade de um hospital da região; doações de recursos para corpo de bombeiros voluntários e demais entidades vinculadas à saúde para subsídios de materiais para o enfrentamento da pandemia; compra de máscaras e álcool gel para as agências e sede (colaboradores e associados); aquisição de luvas descartáveis para colaboradores; contato com os terceiros de limpeza e vigilância sugerindo/recomendando afastamento dos colaboradores de grupo de risco; ATMs higienizados também aos finais de semana; sanitização em agências e sedes quando houve casos positivos; aquisição de totem de álcool gel para deixar na entrada das agências e sede; parcerias com laboratórios para realização do teste PCR em colaboradores e terceiros. Além disso, liberação de R\$120 milhões de crédito emergencial para associados PJ para auxílio na pandemia.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		3.645.988	2.695.118	PASSIVO		3.169.198	2.249.800
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	15.362	24.621	DEPÓSITOS	(Nota 12)	2.766.825	1.927.349
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.573.638	2.604.579	Depósitos à vista		668.681	349.975
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	200.188	319.906	Depósitos interfinanceiros		15.901	17.905
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	947.587	721.523	Depósitos a prazo		2.082.243	1.559.469
Centralização financeira	(Nota 04)	425.533	181.971	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		245.598	189.369
Relações interfinanceiras ativas		543	700	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	235.076	180.853
Operações de crédito	(Nota 07)	1.874.917	1.278.293	Obrigações por repasses	(Nota 14)	1.069	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	124.870	102.186	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	9.453	8.516
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(66.938)	(52.884)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	7.458	6.811
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	20.716	20.017	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	149.317	126.271
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	42.591	42.591	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	476.790	445.318
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	42.288	36.626	CAPITAL SOCIAL		203.634	192.876
INTANGÍVEL	(Nota 11)	18.331	19.568	RESERVAS DE SOBRAS		251.339	221.580
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		21.817	30.862
TOTAL DO ATIVO		3.645.988	2.695.118	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.645.988	2.695.118

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	118.759	246.596	271.432
Operações de crédito (Nota 07)	105.818	215.818	236.993
Resultado títulos e valores mobiliários	12.936	30.762	34.434
Resultado das aplicações compulsórias	5	16	5
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(48.587)	(100.110)	(123.707)
Operações de captação no mercado	(20.603)	(48.323)	(86.728)
Operações de empréstimos e repasses	(4.980)	(9.887)	(8.397)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(23.004)	(41.900)	(28.582)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	70.172	146.486	147.725
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(42.104)	(81.660)	(51.274)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	35.613	66.319	55.620
Rendas de tarifas bancárias	15.933	30.773	27.303
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(37.130)	(72.441)	(69.147)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(41.946)	(81.242)	(73.083)
Dispêndios e despesas tributárias	(576)	(1.474)	(1.863)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	13.609	25.552	57.044
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(27.607)	(49.147)	(47.148)
RESULTADO OPERACIONAL	28.068	64.826	96.451
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(300)	4.270	(1.774)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	27.768	69.096	94.677
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	610	(1.321)	(2.070)
Provisão para Imposto de Renda	398	(799)	(1.265)
Provisão para Contribuição Social	212	(522)	(805)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(3.139)	(7.315)	(9.445)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	25.239	60.460	83.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	185.027	181.567	29.421	396.015
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.417	-	(27.121)	(21.704)
Destinação para Fundo Social	-	-	(2.009)	(2.009)
Outras destinações	-	-	(291)	(291)
Capital de associados				
Aumento de capital	14.979	-	-	14.979
Baixas de capital	(21.263)	-	-	(21.263)
Resultado do período	-	-	83.162	83.162
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(3.429)	(3.429)
Juros sobre o capital próprio	8.716	-	(8.858)	(142)
Reserva legal - Estatutária	-	34.290	(34.290)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	5.723	(5.723)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.876	221.580	30.862	445.318
Mutações do Período	7.849	40.013	1.441	49.303
Saldos no início do período em 01/01/2020	192.876	221.580	30.862	445.318
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	5.239	-	(26.008)	(20.769)
Destinação para Fundo Social	-	-	(3.842)	(3.842)
Destinação para FATES	-	-	(571)	(571)
Outras destinações	-	-	(441)	(441)
Capital de associados				
Aumento de capital	16.095	-	-	16.095
Baixas de capital	(16.407)	-	-	(16.407)
Resultado do período	-	-	60.460	60.460
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.479)	(2.479)
Juros sobre o capital próprio	5.831	-	(5.909)	(78)
Reserva legal - Estatutária	-	24.793	(24.793)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.966	(4.966)	-
Fundo Social	-	-	(496)	(496)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	203.634	251.339	21.817	476.790
Mutações do Período	10.758	29.759	(9.045)	31.472
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	197.529	221.580	35.221	454.330
Capital de associados				
Aumento de capital	8.209	-	-	8.209
Baixas de capital	(7.935)	-	-	(7.935)
Resultado do período	-	-	25.239	25.239
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(2.479)	(2.479)
Juros sobre o capital próprio	5.831	-	(5.909)	(78)
Reserva legal - Estatutária	-	24.793	(24.793)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.966	(4.966)	-
Fundo Social	-	-	(496)	(496)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	203.634	251.339	21.817	476.790
Mutações do Período	6.105	29.759	(13.404)	22.460

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	38.088	86.137	90.970
Resultado do semestre/exercício	25.239	60.460	83.162
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.849	25.677	7.808
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.726	14.054	1.227
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	208	232	(86)
Depreciação e amortização	6.754	12.385	9.562
Baixas do ativo permanente	683	838	259
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(43)	647	275
Destinações ao FATES	(2.479)	(2.479)	(3.429)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	161.750	192.323	(808.961)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	49.744	119.718	(212.823)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	31.751	(226.064)	(403.434)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	14.686	157	(146)
(Aumento) em operações de crédito	(374.155)	(596.624)	(298.929)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	38.644	54.223	37.881
(Aumento) em outros ativos financeiros	(35.724)	(22.684)	(27.699)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.925	(931)	4.035
Aumento em depósitos	392.014	839.476	62.363
Aumento em passivos financeiros	3.762	937	1.839
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	195	1.069	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(762)	(2.463)	(3.664)
Aumento em outros passivos	39.670	25.509	31.616
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	199.838	278.460	(717.991)
Aquisição de imobilizado de uso	(7.441)	(13.302)	(18.363)
Aplicações no intangível	(1.804)	(4.346)	(8.199)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(9.245)	(17.648)	(26.562)
Integralização de capital	8.209	16.095	14.979
Baixa de capital	(7.935)	(16.407)	(21.263)
Fundo Social	(496)	(496)	-
Juros ao capital próprio	(78)	(78)	(142)
Distribuição de Sobras	-	(25.623)	(24.004)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(300)	(26.509)	(30.430)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	190.293	234.303	(774.983)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	250.602	206.592	981.575
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	440.895	440.895	206.592

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS

CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	25.239	60.460	83.162
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	25.239	60.460	83.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 28/12/1902 e sede situada na Rua Sete de Setembro, 374, na cidade de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 41 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota 7;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	15.362	24.621
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	425.533	181.971
Total	440.895	206.592

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	72.613	60.176	50.608	183.397	299.717
DI entre Banco e Cooperativa	-	-	16.791	16.791	20.189
Total	72.613	60.176	67.399	200.188	319.906
Total circulante				132.789	187.290
Total não circulante				67.399	132.616

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 108% do CDI.

As aplicações de DI entre Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirencia e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	314.648	-	-	314.648	384.642
Cotas de fundos multimercado	632.939	-	-	632.939	336.881
Total	947.587	-	-	947.587	721.523
Total circulante				947.587	721.523

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	8.646	133.181	302.829	787.645	1.232.301	740.675
Financiamentos	633	38.176	111.901	283.788	434.498	344.422
Financiamentos rurais e agroindustriais	743	16.105	105.379	85.891	208.118	193.196
Total das operações de crédito	10.022	187.462	520.109	1.157.324	1.874.917	1.278.293
Avais e fianças honradas	159	25	251	1	436	573
Títulos e créditos a receber	-	83.893	29.597	54	113.544	92.267
Total de outros créditos	159	83.918	29.848	55	113.980	92.840
Carteira total	10.181	271.380	549.957	1.157.379	1.988.897	1.371.133

Total circulante	831.518	757.649
Total não circulante	1.157.379	613.484

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Mínimo	% Adicional	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos		
			2020	2019	Mínimo 2020	Adicional 2020	2019
Nível AA	-	-	105.111	144	-	-	-
Nível A	0,50	0,40	938.795	682.617	4.692	3.753	3.413
Nível B	1,00	-	636.911	415.497	6.365	-	4.154
Nível C	3,00	-	189.497	165.905	5.677	-	4.977
Nível D	10,00	-	63.946	53.480	6.395	-	5.348
Nível E	30,00	-	15.268	18.056	4.581	-	5.417
Nível F	50,00	-	5.235	7.832	2.618	-	3.916
Nível G	70,00	-	4.256	7.971	2.979	-	5.580
Nível H	100,00	-	29.878	19.631	29.878	-	19.631
Total			1.988.897	1.371.133	63.185	3.753	52.436

Respeitando o princípio da prudência, a Cooperativa adotou a partir de 2020 percentuais de provisão superiores àqueles definidos na Resolução 2.682/99 do CMN. Levando em consideração, além dos critérios legais, a conjuntura econômica, a experiência de atuação na região e o conhecimento que possui acerca de sua base de associados, em julho após análises dos cenários pelos colegiados da cooperativa (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), foi adotado a estratégia de majorar o percentual de provisão do rating "A", dos atuais 0,50% para 0,90% a partir do mês de julho de 2020, como forma de proteger a cooperativa para futuros e eventuais aumentos da inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ (0)(dezembro de 2019 - R\$ 448).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 261.201 (dezembro de 2019 - R\$ 207.191) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 4.323 (dezembro de 2019 - R\$ 3.460) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020				31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	6.056	131.974	149.673	274.612	562.315	443.154
Rural	743	16.105	105.379	85.891	208.118	193.196
Industrial	608	15.378	34.902	85.979	136.867	79.261
Comércio	1.047	40.406	91.778	205.992	339.223	234.139
Outros serviços	1.727	67.517	168.224	504.906	742.374	421.383
Total	10.181	271.380	549.956	1.157.380	1.988.897	1.371.133

Total circulante	831.517	757.649
Total não circulante	1.157.380	613.485

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	199.646	10,04	105.715	7,71
50 devedores seguintes	213.946	10,76	138.962	10,13
100 devedores seguintes	167.921	8,44	122.041	8,90
Demais	1.407.384	70,76	1.004.415	73,25
Total	1.988.897	100,00	1.371.133	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	52.884	51.657
Constituição de provisão	68.420	60.842
Reversão de provisão	(26.520)	(32.260)
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.846)	(27.355)
Saldo final	66.938	52.884

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	69.006	144.938	164.562
Financiamentos	23.952	48.520	44.124
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.239	12.692	11.515
Outros	57	80	164
Subtotal	99.254	206.230	220.365
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	6.564	9.588	16.628
Total	105.818	215.818	236.993

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 95.630 (2019 - R\$ 57.997).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	113.544	92.267
Rendas a receber	3.778	2.555
Créditos específicos	-	448
Avais e fianças honrados (Nota 07)	436	573
Operações com cartões	1.815	1.242
Devedores por depósitos em garantia	5.297	5.101
Total	124.870	102.186

Total circulante	119.518	97.058
Total não circulante	5.352	5.128

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	16.848	16.558
Adiantamentos e antecipações salariais	568	247
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	75	157
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.614	1.822
Impostos e contribuições a compensar	300	62
Cotas de consórcio	289	892
Pendências a regularizar	796	75
Outros	226	204
Total circulante	20.716	20.017

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	16.351	16.550
Imóveis	15.646	16.480
Veículos e afins	30	70
Máquinas e equipamentos	675	-
Despesas antecipadas	282	335
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(792)	(560)
Total circulante	15.841	16.325

Despesas antecipadas	1.007	233
Total não circulante	1.007	233

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(560)	(646)
Constituição de provisão	(341)	(288)
Reversão de provisão	109	374
Saldo final	(792)	(560)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	24.166	24.166
Sicredi Participações S.A.	18.423	18.423
Outras participações e investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	42.591	42.591

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	5.974.923 ON	5.974.923 ON	2	2	24.166.284	24.166.284
	12.447.811 PN	12.447.811 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,56%	1,75%	1,24%	1,24%	5,95%	6,20%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	18.423	18.423	2	2	24.166	24.166

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	68.039	(25.751)	42.288	36.626
Imobilizações em curso	-	6.191	-	6.191	7.454
Terrenos	-	75	-	75	75
Edificações	4%	8.141	(2.415)	5.726	6.076
Instalações	10%	4.284	(3.127)	1.157	1.157
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	13.760	(4.159)	9.601	4.465
Móveis e equipamentos	10%	13.745	(4.848)	8.897	7.078
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.295	(769)	1.526	1.233
Equipamentos de processamento de dados	20%	18.646	(9.766)	8.880	8.671
Veículos	20%	902	(667)	235	417
Intangível		41.699	(23.368)	18.331	19.568
Investimentos Confederação		31.437	(20.496)	10.941	12.276
Outros ativos intangíveis		10.262	(2.872)	7.390	7.292

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	668.681	-	-	668.681	349.975
Depósitos interfinanceiros	-	-	15.901	15.901	17.905
Depósitos a prazo	30.990	116.350	1.934.903	2.082.243	1.559.469
Total	699.671	116.350	1.950.804	2.766.825	1.927.349
Total circulante				816.021	548.166
Total não circulante				1.950.804	1.379.183

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasse interfinanceiros	235.072	180.853
Recebimentos e pagamentos a liquidar	4	-
Total	235.076	180.853

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	14.551	101.077	109.375	225.003	180.853
Total - Recursos do Crédito Rural	14.551	101.077	109.375	225.003	180.853
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	69	-	10.000	10.069	-
Total - Outros Recursos	69	-	10.000	10.069	-
Total	14.620	101.077	119.375	235.072	180.853
Total circulante				115.697	120.551
Total não circulante				119.375	60.302

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDDES	94	318	657	1.069	-
Total	94	318	657	1.069	-
Total circulante				412	-
Total não circulante				657	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.323	3.460
Recursos em trânsito de terceiros	5.130	5.056
Total circulante	9.453	8.516

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	7.201	6.664
Cível	Provável	257	147
Total não circulante		7.458	6.811

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	6.664	1.542	(1.005)	7.201
Cível	147	211	(101)	257
Total não circulante	6.811	1.753	(1.106)	7.458

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 7.977; R\$ 936; R\$ 5.242 (dezembro de 2019 - R\$ 8.692, R\$ 1.265 e R\$ 5.136), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	112.389	90.198
Provisão para pagamentos a efetuar	8.075	7.243
Cotas de capital a pagar	7.100	6.075
Provisão para participações nos lucros	7.091	9.549
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.180	3.429
Demais fundos constituídos	1.691	126
Impostos e contribuições a recolher	3.413	3.564
Credores diversos	3.153	5.051
Cheques administrativos	151	305
Cobrança e arrecadação de tributos	2	283
Pendências a regularizar	2.072	448
Total Circulante	149.317	126.271

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	203.634	192.876
Total de associados	167.830	155.071

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 10.758 (2019 – R\$7.849), sendo R\$ 11.070 (2019 – R\$ 14.133) via integralização de resultados e R\$ 16.095 (2019 – R\$ 14.979), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 16.407 (2019 – R\$ 21.263).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,02% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.909, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 1% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 4.758 (R\$ 102 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	69.096	94.677
Participação nas sobras	(7.315)	(9.445)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	61.781	85.232
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(24.712)	(34.093)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	20.315	27.493
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.364	3.543
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	604	925
Demais adições e exclusões previstas na legislação	108	62
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.321)	(2.070)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	200.188	319.906
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	947.587	721.523
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	425.533	181.971
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	3.095	1.985
Outros ativos (Nota 09)	1.614	1.888
Investimentos (Nota 10)	42.591	42.591
Intangível (Nota 11)	10.941	12.276
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	15.901	17.905
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	235.072	180.853
Outros passivos (Nota 17)	106.134	88.873
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	30.762	34.434
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17.672	14.524
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	7.658	42.624
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 19)	4.758	102
Despesas		
Operações de captação no mercado	492	1.008
Operações de empréstimos e repasses	9.867	8.397
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	2.227	5.760
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	20.441	21.334

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	181	0,03%	99
Depósitos a prazo	2.156	0,10%	1.891
Operações de crédito	1.052	0,06%	956

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.333	3.236

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	21.941	42.741	40.208
Benefícios	5.937	12.080	10.954
Encargos sociais	9.003	16.659	15.793
Treinamentos	249	961	2.192
Total	37.130	72.441	69.147

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	645	1.351	1.338
Aluguéis	3.111	5.942	5.758
Comunicação	1.934	2.880	2.298
Manutenção e conservação	1.785	3.537	3.076
Material de expediente	480	955	1.271
Processamento dados	1.615	3.233	2.183
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	3.869	7.134	7.717
Serviços do sistema financeiro	3.330	6.544	5.957
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	7.658	13.898	12.251
Serviços de vigilância e segurança	1.643	3.146	3.347
Serviços de transportes	1.180	2.551	3.029
Depreciação	4.537	8.472	6.394
Amortização (Rateio Confederação)	1.286	2.243	2.098
Amortização - outros ativos intangíveis	931	1.670	1.070
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	762	2.464	3.906
Emolumentos e taxas diversas	666	1.379	1.533
Ressarcimento de tarifas	4.638	8.879	7.229
Outras despesas administrativas	1.876	4.964	2.628
Total	41.946	81.242	73.083

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	762	2.463	3.664
Utilização de fundo social	681	2.776	-
Recuperação de encargos e despesas	1.253	1.821	2.120
Ingressos depósitos intercooperativos	3.223	6.692	41.498
Reversão de provisões operacionais	3.397	5.565	5.803
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	795	1.942	1.675
Reversão de provisões para passivos contingentes	947	1.106	1.525
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	989	989	-
Outras rendas operacionais	1.562	2.198	759
Total	13.609	25.552	57.044

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.452	7.223	7.154
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	342	1.161	1.725
Contribuição Confederação Sicredi	9.522	18.158	17.683
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	901	1.638	1.528
Encargos da administração financeira	2	5	244
Repasse Administradora de Cartões	-	280	722
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.780	2.806	2.415
Provisões para passivos contingentes	905	1.753	1.799
Outras provisões operacionais	2.614	4.992	4.637
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	4.039	6.612	4.202
Risco operacional	1.318	1.532	2.078
Juros e comissões	622	905	1.027
Outras despesas operacionais	1.039	1.939	1.803
Total	27.607	49.147	47.148

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	25.239	60.460	83.162
Eventos não recorrentes	-	(4.758)	(102)
Resultado recorrente	25.239	55.702	83.060

NOTA 27 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	261.113	207.085
Coobrigações em cessões de crédito	88	106
Total	261.201	207.191

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	458.459	425.750
Nível I (NI)	458.459	425.750
Capital principal - CP	458.459	425.750
Capital social	203.634	192.876
Reservas de capital	251.339	221.580
Lucros acumulados	21.817	30.862
Ajustes Prudenciais	(18.331)	(19.568)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.351.656	1.856.518
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.455	302
Margem de Capital	236.477	230.514
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,50%	22,93%
Situação de Imobilização (Imob)	42.290	36.629
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,22%	8,60%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Solon Stapassola Stahl
Diretor Executivo
CPF: 494.767.770-87

Eduardo Spier
Diretor de Operações
CPF: 641.569.660-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20